

Dezembro 2022 NOVIDADES (FISCAIS)



Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES)

Foi publicada, no Diário da República n.º 228/2022, Série II de 2022-11-25, a Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões n.º 9/2022-R que aprova o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES).

<https://files.dre.pt/2s/2022/11/228000000/0015600221.pdf>

IRS - Declaração Modelo 37

Foi publicada, no Diário da República n.º 232/2022, Série I de 2022-12-02, a Portaria n.º 286/2022 que aprova a declaração modelo 37 e respetivas instruções de preenchimento, para efeitos dos Juros de Habitação Permanente, Prémios de Seguros, Comparticipação em Despesas de Saúde, Planos de Poupança Reforma (PPR) e Fundos de Pensões e Regimes Complementares.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/23200/0000200012.pdf>

IRS - Declaração Modelo 44

Foi publicada, no Diário da República n.º 232/2022, Série I de 2022-12-02, a Portaria n.º 287/2022 que aprova a declaração modelo 44 e respetivas instruções de preenchimento, para efeitos da comunicação anual de rendas recebidas.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/23200/0001300027.pdf>

IRS - Declaração Modelo 25

Foi publicada, no Diário da República n.º 232/2022, Série I de 2022-12-02, a Portaria n.º 288/2022 que aprova a declaração modelo 25 – Donativos recebidos e respetivas instruções de preenchimento a utilizar pelas entidades que recebam donativos fiscalmente relevantes no âmbito do regime consagrado no EBF.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/23200/0002800043.pdf>

Revisão e fixação dos valores das taxas do ISP

Foi publicada, no Diário da República n.º 232/2022, Série I de 2022-12-02, a Portaria n.º 289-A/2022 que revê e fixa os valores das taxas do Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/23202/0000200003.pdf>

Flexibilização do calendário fiscal

Foi publicado, o Despacho n.º 350/2022-XXIII, de 30 de novembro de 2022 o qual prevê duas medidas de flexibilização de pagamento de impostos, a título excecional:

1. Os sujeitos passivos poderão cumprir a obrigação de pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), prevista no n.º 1 do artigo 120.º do CIMI, até ao próximo dia 2 de dezembro de 2022, inclusive, sem quaisquer acréscimos e penalidades;
2. Os sujeitos passivos poderão cumprir a obrigação de pagamento do Imposto Único de Circulação (IUC), prevista no n.º 2 do artigo 17.º do CIUC, até ao próximo dia 2 de dezembro de 2022, inclusive, sem quaisquer acréscimos e penalidades;

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEAF_350_2022_XXIII.pdf

IRS - Tabelas de retenção na fonte - 1.º semestre - Continente

Foi publicado, no Diário da República n.º 233/2022, Série II de 2022-12-05, o Despacho n.º 14043-A/2022 que aprova as tabelas de retenção na fonte sobre os rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o primeiro semestre do ano de 2023.

<https://files.dre.pt/2s/2022/12/233000001/0000200012.pdf>

IRS - Tabelas de retenção na fonte - 2.º semestre - Continente

Foi publicado, no Diário da República n.º 233/2022, Série II de 2022-12-05, o Despacho n.º 14043-B/2022 que aprova as tabelas de retenção na fonte sobre os rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o segundo semestre do ano de 2023.

<https://files.dre.pt/2s/2022/12/233000001/0001300021.pdf>

IVA - Polónia

Foi publicada, no Jornal Oficial da União Europeia L 315/87, de 2022-12-07, a Decisão de Execução (UE) 2022/2385 do Conselho de 06 de dezembro de 2022 que altera a Decisão de Execução

2013/805/UE que autoriza a República da Polónia a aplicar medidas em derrogação do artigo 26.º, n.º 1, alínea a), e do artigo 168.º da Diretiva 2066/112/CE relativa ao Sistema comum do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L.2022.315.01.0087.01.POR&toc=OJ%3AL%3A2022%3A315%3ATOC>

IVA - Itália

Foi publicada, no Jornal Oficial da União Europeia L 317/120, de 2022-12-09, a Decisão de Execução (UE) 2022/2411 do Conselho de 6 de dezembro de 2022 que altera a Decisão 2007/441/CE que autoriza a República Italiana a aplicar medidas derogatórias da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º e do artigo 168.º da Diretiva 2006/112/CE relativa ao Sistema comum do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L.2022.317.01.0120.01.POR&toc=OJ%3AL%3A2022%3A317%3ATOC>

Estágios ATIVAR.PT

Foi publicada, no Diário da República n.º 237/2022, Série I de 2022-12-12, a Portaria n.º 293/2022 que procede à terceira alteração da Portaria n.º 206/2020, de 27 de agosto, que regula a medida Estágios ATIVAR.PT, que consiste no apoio à

inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/23700/0000300019.pdf>

CNC - Adoção das IAS/IFRS na UE

A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) atualizou junto do EFRAG o quadro síntese: "Overview of the use of options provided in the IAS Regulation".

<https://www.cnc.min-financas.pt/ias.html>

CNC - Questionário sobre relato não financeiro (RNF) - Apresentação de resultados

A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) divulga um resumo das principais conclusões das respostas recebidas ao questionário sobre relato não financeiro, lançado em maio 2021, na conferência subordinada ao tema «Sustentabilidade e relato não financeiro».

https://www.cnc.min-financas.pt/Resultados_Questionario_INF.html

Flexibilização do calendário fiscal

Foi publicado o Despacho n.º 8/2022-XXIII de 13 de dezembro o qual prevê medidas de flexibilização na comunicação do SAF-T, dos inventários e ainda relativamente à aceitação das faturas em PDF.

https://www.occ.pt/fotos/editor2/despacho_seaf_8_2022_xxiii.pdf

Programa APOIAR

Foi publicada, no Diário da República n.º 238/2022, Série I de 2022-12-13, a Portaria n.º 295-A/2022 que altera o Regulamento do Programa APOIAR, aprovado em anexo à Portaria n.º 271-A/2022, de 24 de novembro.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/23801/0000200026.pdf>

Atualização do IAS

Foi publicada, no Diário da República n.º 241/2022, Série I de 2022-12-16, a Portaria n.º 298/2022 que procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS), para 480,43 euros.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/24100/0001700017.pdf>

Grupos Multinacionais – Nível mínimo mundial

Foi publicado, no Jornal Oficial da União Europeia C 479/89, de 2022-12-16, a Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 19 de maio de 2022, sobre a proposta de diretiva do Conselho relativa à fixação de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos multinacionais na União (COM (2021)0823 – C9-0040/2022 – 2021/0433(CNS))

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:JOC_2022_479_R_0013&from=PT

Imposto do Selo – Valor tributável – Operações gratuitas

Foi publicado, no portal do Tribunal Constitucional o Acórdão n.º 750/2022, 2ª Secção, que declara, inconstitucionalidade da fórmula prevista na alínea a), do n.º 3, do artigo 15.º, do Código do Imposto do Selo (Código IS).

<https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/2022/0750.html>

Relato de sustentabilidade das empresas

Foi publicada, no Jornal Oficial da União Europeia L 322/15, de 2022-12-16, a Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de dezembro de 2022 que altera o Regulamento (EU) n.º 537/2014, a Diretiva 2004/109/CE, a Diretiva 2006/43/CE e a Diretiva 2013/34/UE no que diz respeito ao relato de sustentabilidade das empresas.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32022L2464&qid=1671528144153>

Medidas de flexibilização

Foi publicado, no Diário da República n.º 244/2022, Série I de 2022-12-21, o Decreto-Lei n.º 85/2022 que introduz medidas de flexibilização de diversas obrigações declarativas, de pagamento e de faturação e simplifica as obrigações fiscais

decorrentes da venda à rede do excedente da eletricidade produzida para autoconsumo.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/24400/0000200009.pdf>

Segurança Social – Entidades contratantes

Foi divulgado, no Portal da Segurança Social, informação sobre a notificação das entidades contratantes por parte da Segurança Social, relativamente ao ano 2022.

https://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/kBZtOMZgstp3/content/notificacao-das-entidades-contratantes-por-parte-da-seguranca-social

IMT - Aplicação temporal do valor patrimonial tributário

Foi publicado, em Diário da República n.º 245/2022, Série II de 2022-12-22, o Acórdão (extrato) n.º 768/2022 do Tribunal Constitucional, que não julga inconstitucional a norma contida no artigo 16.º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), interpretada no sentido de o valor patrimonial para efeitos do referido imposto corresponder ao valor do imóvel inscrito na matriz predial à data da liquidação, ainda que o facto tributário consista numa partilha judicialmente homologada em cujo mapa o imóvel foi considerado com o valor inferior àquele.

<https://files.dre.pt/2s/2022/12/245000000/0003300033.pdf>

Grupos Multinacionais e Nacionais – Nível mínimo mundial

Foi publicada, no Jornal Oficial da União Europeia L 328/1, de 2022-12-22, a Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho de 14 de dezembro de 2022 relativa à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na União.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022L2523&from=PT>

Retribuição mínima mensal garantida 2023

Foi publicado, no Diário da República n.º 245/2022, Série I de 2022-12-22, o Decreto-Lei n.º 85-A/2022 que atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), em 2023, para 760 euros.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/24501/0000200003.pdf>

Apoio às famílias

Foi publicado, no Diário da República n.º 245/2022, Série I de 2022-12-22, o Decreto-Lei n.º 85-B/2022 que estabelece um apoio às famílias vulneráveis em face do aumento extraordinário dos preços.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/24501/0000400006.pdf>



DMR (declaração mensal de remunerações - AT)

Foi publicada, no Diário da República n.º 248/2022, Série I de 2022-12-27, a Portaria n.º 307/2022 que aprova a DMR (declaração mensal de remunerações - AT) e restivas instruções de preenchimento.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/24800/0000200013.pdf>

Apoio financeiro - Veículos elétricos

Foi publicado, no Diário da República n.º 248/2022, Série II de 2022-12-27, o Despacho n.º 14724-A/2022 que aprova o apoio financeiro aos utilizadores de veículos elétricos.

<https://files.dre.pt/2s/2022/12/248000001/0000600007.pdf>

Tabelas de retenção na fonte - Região Autónoma da Madeira - 1.º semestre 2023

Foi publicado, no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira n.º 240/2022, Série II de 2022-12-27, o Despacho n.º 442/2022 que aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na Região Autónoma da Madeira, para vigorarem durante o primeiro semestre do ano de 2023.

<https://joram.madeira.gov.pt/joram/2serie/Ano%20de%202022/IIserie-240-2022-12-27Supl.pdf>

UE - Impostos especiais de consumo

Foi publicado, no Jornal Oficial da União Europeia L 2334/1, de 2022-12-28, o Regulamento de Execução (UE) 2022/2573 do Comissão de 13 de dezembro de 2022 que altera o Regulamento de Execução (UE) 2016/323 no que se refere às mensagens relativas à circulação de produtos sujeitos a impostos especiais de consumo em regime de suspensão do imposto nos termos do Regulamento (UE) n.º 389/2012 do Conselho.

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L.2022.334.01.00.01.01.POR&toc=OJ%3AL%3A2022%3A334%3ATOC>

Orçamento da Região Autónoma da Madeira - 2023

Foi publicado, no Diário da República n.º 250/2022, Série I de 2022-12-29, o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2022/M que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2023.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/25000/0002700169.pdf>

Retificação - Despacho n.º 14043-B/2022, de 5 de dezembro

Foi publicada, no Diário da República n.º 250/2022, Série II de 2022-12-29, a Declaração de Retificação n.º 1069/2022 que retificação o Despacho n.º 14043-B/2022, de 5 de dezembro.

<https://files.dre.pt/2s/2022/12/250000000/0003200032.pdf>

Tabelas de retenção na fonte - Região Autónoma dos Açores - 1.º semestre 2023

Foi publicado, no Diário da República n.º 250/2022, Série II de 2022-12-29, o Despacho n.º 14837-B/2022 que aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores para vigorarem durante o primeiro semestre do ano de 2023.

<https://files.dre.pt/2s/2022/12/250000002/0000300013.pdf>

Tabelas de retenção na fonte - Região Autónoma dos Açores - 2.º semestre 2023

Foi publicado, no Diário da República n.º 250/2022, Série II de 2022-12-29, o Despacho n.º 14837-C/2022 que aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na Região Autónoma dos Açores para vigorarem durante o segundo semestre do ano de 2023.

<https://files.dre.pt/2s/2022/12/250000002/0001400024.pdf>

Alargamento do prazo para cumprimento de obrigações fiscais

Foi publicado, o Despacho n.º 31/2022-XXIII, de 29 de dezembro de 2022 que determina o alargamento do prazo de cumprimento de obrigações de pagamento e obrigações acessórias, até ao próximo dia 2 de janeiro de 2023.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEAF_31_2022_XXIII.pdf

Contribuições de solidariedade temporárias

Foi publicada, no Diário da República n.º 251/2022, Série I de 2022-12-30, a Lei n.º 24-B/2022 que regulamenta as contribuições de solidariedade temporárias sobre os setores da energia e da distribuição alimentar.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/25101/0000200007.pdf>

Orçamento do Estado 2023

Foi publicada, no Diário da República n.º 251/2022, Série I de 2022-12-30, a Lei n.º 24-D/2022 que publica o Orçamento do Estado para 2023.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/25102/0009000377.pdf>

Alteração do Código dos Impostos Especiais do Consumo

Foi publicada, no Diário da República n.º 251/2022, Série I de 2022-12-30, a Lei n.º 24-E/2022 que altera o Código dos Impostos Especiais do Consumo, a Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, transpondo as Diretivas (UE) 2019/2235, 2020/1151 e 2020/262.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/25103/0000200032.pdf>

Contribuição sobre as embalagens de utilização única de plástico ou alumínio

Foi publicada, no Diário da República n.º 251/2022, Série I de 2022-12-30, a Portaria n.º 312-C/2022 que altera a Portaria n.º 331-E/2021, de 31 de dezembro, que regulamenta a contribuição sobre as embalagens de utilização única de plástico ou alumínio, ou multimaterial com plástico ou com alumínio, a serem adquiridas em refeições prontas a consumir.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/25101/0005300054.pdf>

“Gasóleo profissional” – regime transitório

Foi publicada, no Diário da República n.º 251/2022, Série I de 2022-12-30, a Portaria n.º 312-D/2022 que prorroga até 30 de junho de 2023 o regime transitório aplicável aos abastecimentos realizados em ou por instalações de consumo próprio no âmbito do regime do “gasóleo profissional”.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/25103/0003300033.pdf>

Contribuição de solidariedade temporária

Foi publicada, no Diário da República n.º 251/2022, Série I de 2022-12-30, a Portaria n.º 312-E/2022 que regulamenta a contribuição de solidariedade temporária aplicável à distribuição alimentar.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/25103/0003400035.pdf>

Revisão e fixação dos valores das taxas do ISP

Foi publicada, no Diário da República n.º 251/2022, Série I de 2022-12-30, a Portaria n.º 312-F/2022 que revê e fixa os valores das taxas do Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/25104/0003000032.pdf>

Segurança Social - Prorrogação do prazo de registo dos contratos

Foi divulgado, no Portal da Segurança Social, que prorroga o prazo até ao final do primeiro trimestre de 2023 para as entidades empregadoras ou os seus representantes legais atualizarem e registarem os dados de contratos para vínculos ativos comunicados à Segurança Social.

https://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/kBZtOMZgstp3/content/prorrogacao-do-prazo-de-registo-dos-contratos

Autoridade Tributária - Pedidos de reembolso de IVA a outros Estados Membros

Foi divulgado, no Portal da Autoridade Tributária, a descontinuação do modo de preenchimento dos pedidos de reembolso de IVA a outros Estados Membros.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Descontinua%C3%A7ao_modo_preenchimento_pedidos_reembolso_IVA.aspx

Conservação dos recursos florestais

Foi publicado, no Diário da República n.º 251/2022, Série I de 2022-12-30, o Decreto-Lei n.º 88/2022 regulamenta a Contribuição especial para a conservação dos recursos florestais e determina as condições da sua aplicação.

<https://files.dre.pt/1s/2022/12/25100/0000200005.pdf>

Instruções Administrativas

Ofício Circulado n.º	Data	Assunto
15 929	26/12/2022	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro
30 252	06/12/2022	IVA - Lista das moedas de ouro
35 180	12/12/2022	Declaração de Regularização de Existências em Entrepósito Fiscal (DRE): regras e procedimentos para a sua utilização
35 181	21/12/2022	Contribuição sobre as embalagens - procedimentos de aplicação
35 182	19/12/2022	Esclarecimento sobre selagem de bebidas espirituosas em embalagens atípicas
35 185	28/12/2022	Valor do "UR" para efeitos da fórmula de cálculo prevista no n.º 3 do art.º 11.º do CISV

Informações vinculativas

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS			
12/12/2022	CISV e Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho	58º a 61º	Esclarecimento sobre os requisitos para efeitos de concessão da isenção do imposto sobre veículos



Acórdãos TJUE

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-141/20	01/12/2022	Norddeutsche Gesellschaft für Diakonie	IVA	Reenvio prejudicial – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Sexta Diretiva 77/388/CEE – Artigo 4.º, n.º 4, segundo parágrafo – Sujeitos passivos – Faculdade de os Estados-Membros considerarem como único sujeito passivo entidades juridicamente independentes, mas estreitamente vinculadas entre si nos planos financeiro, económico e de organização (a seguir “agrupamento para efeitos de IVA”) – Regulamentação nacional que designa a sociedade dominante do agrupamento para efeitos de IVA como único sujeito passivo – Conceito de “vínculos estreitos no plano financeiro” – Necessidade de a sociedade dominante dispor de uma maioria dos direitos de voto, além de uma participação maioritária – Inexistência – Apreciação da independência de uma entidade económica à luz dos critérios normalizados – Alcance
C-269/20	01/12/2022	Finanzamt T (Prestations internes d'un groupement TVA)	IVA	Reenvio prejudicial – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Sexta Diretiva 77/388/CEE – Artigo 4.º, n.º 4, segundo parágrafo – Sujeitos passivos – Faculdade de os Estados-Membros considerarem como único sujeito passivo pessoas juridicamente independentes, mas estreitamente vinculadas entre si nos planos financeiro, económico e de organização («agrupamento para efeitos de IVA») – Regulamentação nacional que designa a sociedade dominante do agrupamento para efeitos de IVA como único sujeito passivo – Prestações internas ao agrupamento para efeitos de IVA – Artigo 6.º, n.º 2, alínea b) – Prestações de serviços efetuadas a título gratuito – Conceito de “fins estranhos à empresa”
C-512/21	01/12/2022	Aquila Part Prod Com	IVA	Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 168.º – Direito a dedução do IVA – Princípios da neutralidade fiscal, da efetividade e da proporcionalidade – Fraude – Prova – Dever de diligência do sujeito passivo – Tomada em consideração de uma violação de obrigações decorrentes das disposições nacionais e do direito da União relativas à segurança da cadeia alimentar – Mandato conferido pelo sujeito passivo a terceiro para efetuar as operações tributadas – Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Artigo 47.º – Direito a um processo equitativo

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-247/21	08/12/2022	Luxury Trust Automobil	IVA	Reenvio prejudicial – Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 42.º, alínea a) – Artigo 197.º, n.º 1, alínea c) – Artigo 226.º, ponto 11-A – Artigo 141.º – Isenção – Operação triangular – Designação do destinatário final de uma entrega como devedor do IVA – Faturas – Menção “Autoliquidação” – Caráter obrigatório – Omissão dessa menção numa fatura – Retificação retroativa da fatura
C-378/21	08/12/2022	Finanzamt Österreich	IVA	Reenvio prejudicial – Harmonização das legislações fiscais – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 203 – Regularização da declaração de IVA – Beneficiários de serviços que não podem invocar o direito à dedução – Inexistência de risco de perda de receitas fiscais
C-23/22	15/12/2022	Caxamar	Regulamento (UE) n.º 651/2014	Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Regulamento (UE) n.º 651/2014 – Isenção de certas categorias de auxílios compatíveis com o mercado interno – Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional – Âmbito de aplicação – Exclusões – Setor da pesca e da aquicultura – Setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas – Conceito de “produtos agrícolas” – Regulamento (UE) n.º 1379/2013 – Organização comum dos mercados dos produtos da pesca e da aquicultura – Anexo I – Atividade de transformação de produtos da pesca e da aquicultura – Bacalhau salgado, congelado e demolido
C-83/21	22/12/2022	Airbnb Ireland e Airbnb Payments UK	Diretiva 2000/31/CE	Reenvio prejudicial – Mercado interno – Artigo 114.º, n.º 2, TFUE – Exclusão das disposições fiscais – Diretiva 2000/31/CE – Serviços da sociedade de informação – Comércio eletrónico – Portal eletrónico de intermediação imobiliária – Artigo 1.º, n.º 5, alínea a) – Exclusão do “domínio tributário” – Diretiva 2006/123/CE – Serviços no mercado interno – Artigo 2.º, n.º 3 – Exclusão da “matéria de fiscalidade” – Diretiva (UE) 2015/1535 – Artigo 1.º, n.º 1, alíneas e) e f) – Conceitos de “regra relativa aos serviços” e de “regra técnica” – Obrigação imposta aos prestadores de serviços de intermediação imobiliária de recolha e de comunicação às autoridades fiscais dos dados dos contratos de arrendamento e de retenção na fonte do imposto sobre os pagamentos efetuados – Obrigação de nomear um representante fiscal imposta aos prestadores de serviços sem estabelecimento estável em Itália – Artigo 56.º TFUE – Caráter restritivo – Objetivo legítimo – Caráter desproporcionado da obrigação de nomear um representante fiscal – Artigo 267.º, terceiro parágrafo, TFUE – Prerrogativas de um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não são suscetíveis de recurso judicial previsto no direito interno

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-332/21	22/12/2022	Quadrant Amroq Beverages	Diretiva 92/83/CEE	Reenvio prejudicial – Harmonização das legislações fiscais – Diretiva 92/83/CEE – Harmonização da estrutura dos impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas – Impostos especiais sobre o consumo – Álcool etílico – Isenções – Artigo 27.º, n.º 1, alínea e) – Fabrico de aromas destinados à preparação de géneros alimentícios e bebidas não alcoólicas de teor alcoólico adquirido não superior a 1,2 % – Âmbito de aplicação – Princípios da proporcionalidade e da efetividade
C-553/21	22/12/2022	Shell Deutschland Oil	Tributação dos produtos energéticos e da eletricidade	Reenvio prejudicial – Diretiva 2003/96/CE – Tributação dos produtos energéticos e da eletricidade – Artigo 5.º, quarto travessão – Taxas diferenciadas do imposto especial de consumo em função da utilização profissional, ou não, desses produtos – Isenções e reduções fiscais facultativas – Apresentação de um pedido de redução fiscal facultativa após o termo do prazo previsto para o efeito mas antes do termo do prazo de liquidação do imposto em causa – Princípio da efetividade – Princípio da proporcionalidade
C-656/21	22/12/2022	IM GESTÃO DE ATIVOS	Impostos indiretos que incidem sobre as reuniões de capitais	Reenvio prejudicial – Diretiva 2008/7/CE – Artigo 5.º, n.º 2, alínea a) – Impostos indiretos que incidem sobre as reuniões de capitais – Imposto do selo que incide sobre os serviços de comercialização de participações de fundos comuns de investimento coletivo em valores mobiliários de capital variável